

Sarney intensifica pressões por emenda presidencialista



O deputado Ulysses Guimarães (em pé) discute com parlamentares o substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral

Moreira Mariz

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, 57, conversou com pelo menos cem parlamentares desde a última quinta-feira, intensificando a ofensiva para assegurar a aprovação da emenda presidencialista ao substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) elaborada no Palácio do Planalto e assinada pelo deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP). A emenda reserva ao presidente da República as chefias do Estado e do governo, o comando supremo das Forças Armadas e prevê o voto de censura a ministros, com exceção dos ministros militares e do chefe do Gabinete Civil.

Aos parlamentares com quem falou —pessoalmente ou pelo telefone— Sarney disse que a crise econômica não permite a implantação do parlamentarismo e defendeu, ao mesmo tempo, o fortalecimento do Congresso. O presidente afirmou que, caso haja o encaminhamento para uma negociação sobre sistema de governo, a base será a emenda preparada

em conjunto pelos deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, e Prisco Viana (PMDB-BA). A emenda cria um sistema misto, já apelidado de "neopresidencialismo", com um primeiro-ministro que na verdade será um simples coordenador político. O poder de decisão é reservado ao presidente da República.

"Confiança"

O deputado Milton Lima (PMDB-MG), 53, que conversou com o presidente José Sarney no fim-de-semana, disse que há uma "confiança muito grande" do Palácio do Planalto quanto a uma vitória presidencialista. O deputado disse que o Planalto está disposto a assegurar o presidencialismo já na Comissão de Sistematização.

Para isso, Sarney tem, além da ajuda dos governadores —Newton Cardoso, de Minas, por exemplo, devolveria ao Congresso constituinte quatro deputados federais que hoje ocupam secretarias em seu governo e anularia o trabalho de dois dos maiores defensores do parlamentarismo, Israel Pinheiro Filho e José Mendonça de Moraes, que são suplentes—, um forte esquema "fisiológico".

No esquema, o Palácio do Planalto contemplaria os aliados com cargos nos primeiro e segundo escalões, como as presidências da Caixa Econômica Federal e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a direção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e até mesmo a embaixada do Brasil em Paris, além de outros menos importantes.

Por causa dessa ofensiva do Palácio do Planalto, o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), ex-ministro da Justiça de Sarney, diz que considera "sob suspeição aqueles que votarem no presidencialismo". Para Lyra, repete-se a história dos governos anteriores, "pois a intromissão do Palácio do Planalto é indébita e aética, feita em causa própria".

Carlos Chiarelli (RS), 47, líder do PFL no Senado, disse que tem conversado com o presidente José Sarney e que tem mantido a posição parlamentarista. Segundo Chiarelli, Sarney nunca tentou fazê-lo mudar de posição. O senador afirmou que o presidente procurou demonstrar a ele a "gratidão que sente por não ter proposto nem a diminuição do mandato do presidente nem a mudança de regime de governo em sua administração".

Ulysses considera 'prudente' decisão rápida sobre o sistema de governo

Da Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, quer uma definição rápida do sistema de governo da nova Constituição. "Entendo que seria prudente decidir logo o sistema de governo", disse ontem, antes de reunir-se com líderes partidários e com os relatores da Comissão de Sistematização. Qualificando esta discussão como "crucial, essencial, a mais importante" do Congresso constituinte, Ulysses deve reunir-se hoje com o ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, para negociar uma posição consensual com o presidente Sarney. O encontro estava marcado para ontem, mas foi adiado.

"Sempre se procura um acordo", afirmou Ulysses. Embora predisposto a negociar, Ulysses disse que "vai ser difícil um consenso" entre os diferentes grupos do Congresso constituinte e Palácio do Planalto sobre sistema de governo.

Negando-se a comentar a proposta de implantação gradual do parlamentarismo em três anos, que prevê um mandato de seis anos para o presidente Sarney, Ulysses disse que a sugestão "surgiu apenas há dois dias", não possibilitando uma análise mais detalhada.

Embora tenha se encontrado com Sarney durante o desfile militar comemorativo do dia 7 de setembro, Ulysses disse que não conversou sobre sistema de governo com os

ministros ou com o próprio presidente.

Substitutivo

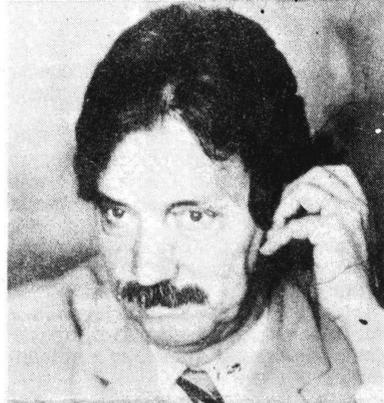
Durante toda a tarde início da noite de ontem, Ulysses participou de uma reunião com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), os relatores-adjuntos e com os líderes do PMDB no Congresso constituinte. Foi uma reunião técnica, onde foram analisados os primeiros capítulos da nova Constituição. Nenhuma decisão política foi acertada, segundo Ulysses. A partir da próxima quinta-feira, reuniões constantes dos líderes partidários do Congresso constituinte com Ulysses buscarão um acordo sobre pontos polêmicos.

Presidente rejeita 'gradualismo', diz Prisco

Da Sucursal de Brasília

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA), de centro, disse ontem que o presidente José Sarney não aceita como alternativa a sua posição em favor do presidencialismo a implantação gradual do parlamentarismo proposta em emenda pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), de centro-direita. Prisco Viana é um dos constituintes mais ligados a Sarney. "Isso implicaria em uma barganha. E o presidente já deixou claro que não está negociando para ficar mais tempo no governo, mas sim para que se chegue a uma solução que seja a melhor para o país", disse Prisco.

A emenda de Bonifácio de Andrada prevê que noventa dias depois de promulgada a nova Constituição seria formado um primeiro gabinete, mas durante um ano o presidente continuaria acumulando as funções de chefe de governo e de Estado. Numa segunda etapa, todo o gabinete poderia cair, mas apenas mediante voto de dois terços do Congresso,



O deputado Prisco Viana (PMDB-BA)

durante mais um ano. E, numa terceira etapa, o parlamentarismo seria implantado em sua plenitude, no último dos seis anos em que o presidente José Sarney permaneceria no cargo, segundo a emenda. Ferreira Lima diz que, no dia seguinte, ficou surpreso ao saber das declarações do presidente em Piquete (SP). "Eu falei, então, para o Costa Couto (o ministro-chefe do Gabinete Civil), que entendia que Sarney estava marcando uma posição firme para negociar mais facilmente depois. E continuo achando assim".

Reuniões em hotéis, bancos e escolas violam o regimento da Constituinte

Da Sucursal de Brasília

Depois da substituição dos partidos políticos pelos grupos suprapartidários nas principais discussões da nova Constituição, os parlamentares trocaram os gabinetes do Congresso constituinte por hotéis, bancos, escolas e até mesmo um bucólico instituto administrado por padres salesianos. Todos alegam que procuram privacidade, evitando o assédio constante de lobbistas e da imprensa. Mas estão violando o regimento interno do Congresso constituinte.

Pelo primeiro artigo do regimento, fica estabelecido que a "Assembleia Nacional Constituinte realizará os seus trabalhos, salvo motivo de força maior, na sede do Congresso Nacional". O primeiro a violar a regra foi o deputado Bernardo Cabral (PMDB-MA), relator da nova Cons-

tituição. Para preparar seu substitutivo, transferiu-se para o 24º andar da sede do Banco do Brasil. Junto com ele foram os relatores-adjuntos e até mesmo terminais de computador do Sistema de Processamento de Dados do Senado.

Muitos constituintes, como o deputado José Genoíno (PT-SP), usaram da tribuna para queixarem-se da decisão de Cabral. Com a intensificação dos debates sobre os pontos polêmicos, os grupos suprapartidários seguiram o exemplo de Cabral. A maioria dos grupos reúne-se fora do Congresso constituinte. A exceção ficou com o grupo do "consenso", coordenado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), que reúne-se na biblioteca da Câmara dos Deputados.

Os "conservadores" preferem encontros nos hotéis da cidade, optando

preferencialmente pelo Hotel Carlton. O grupo da "esquerda" instalou-se numa escola administrada por jesuítas na Asa Norte. As primeiras reuniões dos integrantes "conservadores" da Comissão de sistematização foram feitas na sede da Fundação Getúlio Vargas, onde o ex-presidente Tancredo Neves manteve seu comitê eleitoral.

O refúgio mais secreto e privado é o dos "moderados". A 25 km do Congresso Nacional, instalaram-se no Instituto Israel Pinheiro, administrado por padres salesianos. É um lugar adequado para um retiro espiritual, mas alguns constituintes queixam-se do local. "Toda vez que vou até lá, meu carro fica todo empoeirado", lamenta-se o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), referindo-se a um trecho de estrada de terra que dá acesso ao instituto.

Os "caronistas" da Constituição

Da Reportagem Local

Ao se instalar, em fevereiro, o Congresso constituinte ficou paralisado por alguns dias em função da batalha contra a criação da chamada "Grande Comissão", que deveria ficar incumbida de elaborar um anteprojeto preliminar para ser sucessivamente emendado até se chegar na forma final.

Os que resistiam à "Grande Comissão" argumentavam que não poderia haver uma divisão entre "constituintes de primeira classe" e "constituintes de segunda classe" (estes seriam os que não fossem incluídos na "Grande Comissão").

"Clandestinos"

Hoje, sete meses depois, a realidade mostra que não só há constituintes de "primeira" e de "segunda classes", como "constituintes clandestinos" e "constituintes de classe algu-

ma". Afinal, só podem ser chamados de "clandestinos" juristas como o consultor-geral da República, Saulo Ramos, e ministros como o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que, sem terem recebido o único voto nas eleições de novembro, prepararam propostas de emenda ou negociam diretamente com os constituintes os pontos de interesse do Palácio do Planalto.

E acabam sendo "constituintes de classe alguma" aqueles que não se integraram a qualquer um dos blocos suprapartidários que assumiram o comando das negociações, para corrigir os visíveis absurdos da primeira versão do relatório Cabral.

À margem

Os cálculos mais próximos da realidade que se fazem em Brasília indicam que, no máximo, entre 150 e 170 parlamentares participam de algum bloco. Como os constituintes são 559, a maior parte deles está à

Independentemente do juízo de valor que se faça sobre essa configuração dos trabalhos constituintes, fica evidente que a discussão inicial sobre "primeira" e "segunda classes" foi mera perda de tempo —aliás, uma rotina neste Congresso constituinte.

(Clóvis Rossi)